

6 Conclusão

Este estudo teve por instigação inicial, a observação empírica, acumulada ao longo de anos de intervenção profissional junto às favelas, da exponencial adesão a determinadas correntes religiosas, concomitante ao estrondoso recrudescimento da violência nestas localidades. O contato com a experiência cotidiana das famílias moradoras de favelas nos levava à hipótese de que a religião é um recurso subjetivo e/ou concreto para a convivência com a violência.

Tal suposto encontrou fundamento em um estudo anterior sistematizado por ocasião da minha obtenção do título de Mestre em Serviço Social pela PUC- RIO, intitulado “As representações de violência entre moradores de favela”, quando se pode concluir o reforço à subalternização dos moradores frente à ostensiva presença do tráfico de drogas nos seus locais de moradia; bem como identificar a necessidade de aprofundar estudos acerca da religiosidade nas camadas populares.

Por outro lado, a experiência concreta com esta realidade, a partir dos diversos programas sociais implementados ao longo das últimas duas décadas, nos evidenciavam os limites objetivos impostos à prática profissional por estes condicionantes.

Daí derivou então, a opção por investigar a relação violência/religiosidade a partir dos rebatimentos destes na Política de Assistência Social, em particular no PETI, vez que este programa já supõe na sua origem, a exposição de seus participantes a algum tipo de violência (trabalho infantil).

Em certa medida, o presente estudo nos permitiu avaliar se as premissas do programa, expressos nos dados considerados relevantes para análise da admissão e caracterização da população usuária do PETI, refletem o modo de vida da população local e, por conseguinte, a interferência nas raízes dos elementos que subjagam os sujeitos sociais em condição de vulnerabilidade.

Permitiu, também, reconhecer singularidades e particularidades que envolvem o corpo funcional responsável pelo contato direto com a população usuária, além de muitos deles trazerem em suas trajetórias de vida a marca dos fenômenos estudados.

Assim, nestas considerações finais, destacarei alguns pontos que resumem nossa contribuição ao tema estudado.

Inicialmente, destaca-se o papel que a violência assume na dinâmica local, no morar e no trabalhar.

Evidencia-se a pertinência da percepção, originada da pesquisa, de que os segmentos mais empobrecidos da população residente em favelas, que ocupam as mais baixas posições na estratificação local, encontram-se expostos de forma mais aguda tanto as carências materiais e ao gerenciamento de suas vidas pelos grupos de traficantes.

Desta forma, as concepções de violência construídas pelos moradores ressaltam a singularidade do lugar social que ocupam no processo de reprodução social, lugar este marcado pela pobreza e destituição de garantias de direitos de cidadania, como também caracterizado pelo desrespeito aos padrões culturais que lhes são próprios.

Assim, ao demonstrarem aceitação dos grupos criminosos de tráfico, não estão referenciando um modelo ilegal de vida, pois se pautam na ordem societal estabelecida.. O que ocorre, ao contrário, apesar de analisarem com criticidade a criminalidade, na vivência cotidiana precisam forjar processos de convivência que culminam com a subjugação aos ditames e normas privadas originadas daquele segmento.

Isto reforça a imposição da “sociabilidade violenta”, que desestabiliza a vida local, refletindo no interior das famílias a insegurança e o medo. Promove também a preocupação com os segmentos infantil, adolescente e jovem, tendo em vista a baixa oferta de escolarização continuada e atividades de lazer, mas, principalmente, o processo discriminador que sofrem esses grupos etários, por serem identificadas como “marginais” (reais ou potenciais) pela sociedade mais ampla. A população traduz com propriedade a preocupação com o futuro dos seus jovens, aumentando a demanda por cursos profissionalizantes, que além de possibilitarem uma identidade de “estudante”, ocupar o tempo ocioso, abriria também um caminho para inserção no mercado de trabalho.

A diversificação hoje apresentada pelo tráfico nas favelas, que assume o comando de atividades e processos “empresariais”, reafirma a matriz de autoritarismo que leva a substituição de mecanismos de confiança que marcavam

as relações sociais mais próximas, levando novos elementos à desqualificação da vida.

A presença do tráfico nas favelas provocou uma “demonização” destas, justamente no momento histórico em que a sociedade brasileira voltava-se para a defesa dos direitos. Daí, que hoje, há um reforço ao preconceito quanto aos favelados, principalmente pela ação deste grupo de poder ilegal, que assume um comportamento inibidor da alteridade, definindo, portanto, no espaço que ocupam, relações de negação dos sujeitos e, para a sociedade externa, acionam processos de defesa do aumento à repressão.

Tudo isto se agrava frente à postura do aparato legal repressivo, tendo em vista que no local, a polícia trabalha a partir de pressupostos discriminatórios, reproduzindo o “olhar” da sociedade, além de ações violentas que não encontram respaldo nas normas legais.

Além disto, a valorização da identidade de trabalhador que servia de diferenciação do pobre em relação aos “bandidos”, vem sendo rompida, principalmente pelas reformulações presentes no mundo do trabalho.

Tal perspectiva tem possibilitado que embora com insignificância numérica, alguns jovens se tornem cada vez mais seduzidos pelas ofertas do tráfico e, por consequência, sejam também suas vítimas principais.

Importa sinalizar, que todas as interferências decorrentes da presença do tráfico, afeta tanto a vida dos moradores quanto os a intervenção dos profissionais.

Destaca-se que frente à modalidade de transição econômica imposta pelo modelo neoliberal, que faz dos segmentos populares suas maiores vítimas, as formas religiosas podem responder a uma demanda social, permitindo reunir aspectos e esperanças pessoais e coletivas em função de uma utopia em permanente construção.

Assim, as diferenciadas formas de ser e viver a religiosidade permite que a relação dialética entre o discurso religioso e o contexto de “*modus vivendi*” na favela, possibilite a construção de uma identidade positiva.

Desta forma, esta identidade positiva cumpre um papel de neutralização e eliminação do estigma de ser favelado, pobre, bandido para a sociedade mais ampla, bem como pode servir de saldo conduto no cotidiano da favela.

Portanto, evidencia-se, assim, a possibilidade de uma dupla diferenciação: oportunizar a criação de um “outro” para os traficantes, bem como se afastar do estereótipo e da criminalização presentes na sociedade.

A trajetória de muitos profissionais é também fortemente marcada pela violência e pelo pertencimento a vida religiosa. Tal elemento, se não marca a intervenção pública na área por possíveis direcionamentos nos critérios de seleção dos usuários, influi de forma clara na dinâmica de trabalho.

Observa-se que a noção de pertencimento à comunidade de irmãos pela adesão religiosa, tem rebatimentos concretos na ação profissional. É como se a missão religiosa e os preceitos filosóficos a ela inerentes, resvalassem de forma automática para o universo de trabalho.

Um elemento de clara significação na dinâmica atual da Assistência no município, decorre dos novos pressupostos da política a partir do novo referencial normativo. Estes trouxeram inovações tecnológicas que exigiram aprendizados diversos para o conjunto de trabalhadores. Desta forma também promoveram processos de seletividade, colocando alguns em lugares mais subalternizados, por não deterem os conhecimentos necessários ao manejo técnicos exigidos.

Tais inovações também se refletem no processo de inserção da população, tendo como exemplo o gerenciamento da transferência de renda a partir do Programa Bolsa Família, cuja lógica encontra-se engendrada naquela presente na acumulação financeira, com ênfase nos procedimentos bancários. Esta nova lógica torna-se, algumas vezes, impeditivas da incorporação daqueles usuários aptos a inclusão em programas por sua condição de vida, mas que não respondem às exigências burocráticas.

Como exemplo trazemos a avaliação de uma profissional entrevistada que indica à lógica de exclusão daqueles que não possuem a documentação exigida, pois não há procedimentos rápidos, nem sob coordenação da própria secretária para superação desta dificuldade.

Entre outros aspectos, apresenta-se também um desconhecimento da realidade de vida dos pobres, pois os programas informatizados não permitem que os dados reais “apareçam”. Sendo um exemplo típico o do trabalhador doméstico protegido pela previdência, que não consegue ter sua situação formal de trabalho reconhecida pelo programa informatizado pelo simples motivo de seu “patrão”,

não possuir CGC. Assim, os dados de realidade são “mascarados”, não traduzindo com fidedignidade a realidade.

Outro aspecto para pensar a lógica inerente à assistência é sua colaboração em transformar o usuário num consumidor, confirmando assim, novamente, a influência do capital na proteção social. Agora, os usuários do PBF (geralmente todos aqueles inseridos nos demais projetos, entre eles o PETI), vêm possibilitada sua identidade de consumidor, pois o cartão do programa lhes garante inclusive a abertura de crediários na rede comercial local e/ou naquelas externas destinadas ao consumo dos segmentos de menor renda.

Toda esta nova lógica se apresenta como demanda aos trabalhadores da assistência, que enfrentam no cotidiano de trabalho a necessidade de construir discursos explicativos quanto à inclusão/exclusão, questão essa nem sempre de fácil execução. Assim, coloca-se como um grande desafio trabalhar buscando adaptar uma política previamente formatada que, em grande parte, desconhece a realidade diversificada e heterogênea que emoldura a vida nas favelas.

Finalizando, torna-se importante destacar que as experiências religiosas da população atendida devem ser apreendidas pela ação da assistência social, tendo em vista ser este um elemento marcante na dimensão da cultura das classes populares. O que não vem acontecendo, talvez pelo receio de ser entendido como “negador” da laicização da sociedade.

Por fim, as reflexões aqui desenvolvidas, mesmo que não tenham caráter generalizante, apóiam-se numa leitura analítica da realidade social estudada e evidenciam que a população residente neste território se debate entre o medo da violência e a fé religiosa que, de alguma forma, resgata a esperança de libertação.

Além disso, revela a importância da intersetorialidade das instâncias públicas que atuam nesses territórios, da necessidade de interlocução permanente entre as distintas esferas de poder governamental e, essencialmente, do diálogo com a população, visando responder às demandas e necessidades locais para melhoria das condições de vida da população.